

## **Conflito e “convivência”: a relação do movimento dos agricultores familiares de Constantina – RS com o Estado**

### **Everton Lazzaretti Picolotto**

Cientista Social, mestrando em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria  
Endereço: CEU II, Apart. 3221, Campus da UFSM, Bairro Camobi, Santa Maria – RS  
CEP: 97105-970.

E-mail: [evertonpicolotto@mail.ufsm.br](mailto:evertonpicolotto@mail.ufsm.br)

CPF 95463445087

### **Vivien Diesel**

Prof. Adjunto do Dep. de Educação Agrícola e Extensão Rural, Centro de Ciências Rurais,  
Universidade Federal de Santa Maria

Endereço: DEAER/CCR, Campus da UFSM, Bairro Camobi, Santa Maria – RS  
CEP: 97105-900

E-mail: [vivien@ccr.ufsm.br](mailto:vivien@ccr.ufsm.br)

CPF 43369499053

### **Grupo de Pesquisa**

8) Instituições e Organizações na Agricultura

### **Forma de Apresentação**

Sessão sem debatedor

## **Conflito e “convivência”: a relação do movimento dos agricultores familiares de Constantina – RS com o Estado**

### **Resumo**

*O presente artigo tem o objetivo de descrever a evolução do movimento dos agricultores familiares do município de Constantina – RS, enfatizando as relações deste com o Estado. Este movimento surgiu em meados da década de 1980 como fruto da conjuntura de crise que passava a agricultura local e motivado pelo trabalho de base que a Igreja Católica desenvolvia na época. Inicialmente, o movimento assumiu uma postura de oposição, que o levou a vários conflitos com o Estado no final dos anos 80. Na década de 90 construiu algumas iniciativas locais de resistência às políticas neoliberais visando suprir a ausência do Estado e, recentemente (a partir do final dos anos 90), tem estabelecido uma relação de diálogo e cooperação com alguns setores do Estado. Dessa forma, este trabalho busca identificar os elementos que caracterizam estas distintas fases de relacionamento com o Estado, as identidades assumidas, o opositor e o projeto construído pelo movimento.*

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura Familiar, Movimentos Sociais, Estado

## **Conflito e “convivência”: a relação do movimento dos agricultores familiares de Constantina – RS com o Estado**

### **INTRODUÇÃO**

Uma das discussões centrais da atualidade refere-se a questão do papel e forma de intervenção do Estado. A influência das teses neoliberais e, por outro lado, das teses anarquistas, somadas à “queda do muro” promoveram rápida renovação de paradigmas de grupos políticos de diversas orientações.

Os movimentos sociais, na medida em que refletem a sociedade, são permeáveis a esta discussão, renovando seus projetos. Neste contexto, em que se verifica um forte embate entre teses divergentes, há possibilidade de grande variabilidade de posições entre os movimentos, segundo a composição do movimento, a conjuntura, etc. Na medida em que o movimento social é, em parte, conformador da sociedade futura, convém examinar qual a sua referência sobre o papel e forma de intervenção do Estado, como se dá sua relação com o Estado constituído.

O estudo das relações dos movimentos sociais com o Estado aparece, assim, como um tema relevante na medida em que há mudanças no âmbito das teses que sustentam os projetos dos movimentos e na forma do Estado (descentralização/democratização) sem correspondente esforço acadêmico para interpretar esta dinâmica.

Os movimentos sociais rurais são diversos e, recentemente, tem buscado uma aproximação com o Estado. Esta aproximação muitas vezes reflete-se em “conquistas substanciais”, quando comparadas a década precedente. Essas conquistas vão desde o aumento do número de programas governamentais voltados a proteção social até alguns avanços na forma de como são implementadas estas políticas: passaram a ser menos assistencialistas. Neste contexto, torna-se relevante examinar a trajetória destes movimentos em sua relação com o Estado.

Este trabalho examina o caso do movimento dos agricultores familiares de Constantina, município situado no norte do Rio Grande do Sul. Assim, o problema central deste artigo será, especificamente, investigar como se desenvolveu historicamente a relação do movimento dos agricultores familiares de Constantina com o Estado. Apresenta-se, inicialmente, breve contextualização teórica sobre os movimentos sociais e posteriormente o caso em estudo.

### **MOVIMENTOS SOCIAIS: ALGUNS ELEMENTOS TEÓRICOS**

As discussões acerca da temática dos movimentos sociais dentro dos marcos das ciências sociais conduzem para campos de pensamento distintos. Segundo Gohn (2000), existem quatro grandes paradigmas de estudo dos movimentos sociais, que são os seguintes: o paradigma *marxista*; o dos *novos movimentos sociais* (NMS); o *norte-americano*; além, de uma concepção específica sobre os movimentos sociais (também caracterizada como paradigma pela autora) que se desenvolve na América Latina, mais por causas conjunturais do que por referenciais diferenciados. Assim, a quarto paradigma é o *latino-americano*.

O paradigma dos NMS surgiu a partir da crítica à abordagem ortodoxa marxista e “os esquemas utilitaristas e às teorias baseadas na lógica racional e estratégica dos

atores” (GOHN, 2000, p. 121), para fazer uma análise dos movimentos sociais que surgiram na Europa a partir da década de 1960.<sup>1</sup> Então, alguns autores (Touraine, Offe, Melucci, Laclau, Mouffe) criaram um novo esquema interpretativo que enfatiza a cultura, a ideologia, as lutas sociais cotidianas, a solidariedade e o processo de identidade criado pelos movimentos sociais.

Dessa maneira, enquanto na abordagem marxista a problemática das classes sociais é a categoria central, utilizada tanto para refletir sobre as origens dos participantes dos movimentos sociais e os interesses dos movimentos, quanto para identificar o programa ideológico que fundamenta as ações, no paradigma dos NMS, é abrandado o peso das classes sociais e são incorporadas mais algumas categorias que também passam a ser centrais, tais como: as ações coletivas desenvolvidas pelos atores, a identidade coletiva criada/assumida pelo movimento, o opositor do movimento, a autonomia e autogestão, entre outras.

Assim, a abordagem dos NMS nega o *determinismo das classes sociais* do marxismo ortodoxo e passa a vislumbrar um sujeito novo que “*é um coletivo difuso, não-hierarquizado, em luta contra a discriminação de acesso a bens da modernidade e, ao mesmo tempo, crítico de seus efeitos nocivos*” (GOHN, 2000, p. 122).

Dos autores que fundam este paradigma, Touraine apresenta contribuições interessantes para elucidar a formação dos movimentos sociais. Este Autor define, ainda na década de 1970, os movimentos sociais como “*a ação conflitante de agentes de classes sociais lutando pelo controle do sistema de ação histórica*” (TOURAINÉ, 1977, p. 336). E o sistema de ação histórica é compreendido como um campo social e cultural que dá a direção para o desenvolvimento da sociedade. Ou seja, o movimento social se define pelo “*confronto de interesses opostos para controlar forças de desenvolvimento e do campo de experiência histórica de uma sociedade*” (TOURAINÉ, 1977, p. 344).

Touraine (1977) estabelece que o conceito de movimento social deve combinar três princípios, a saber: um *princípio de identidade* (que é a definição do ator por ele mesmo); um *princípio de oposição* (o ator identifica um adversário); e um *princípio de totalidade* (que é a intervenção no sistema de ação histórica ou projeto do movimento). Em suas palavras, noutro momento:

Um movimento social [...] define-se através da luta de um ator social contra um adversário pelo controle dos principais recursos da sociedade ou pela direção do processo de desenvolvimento. Um movimento social combina, pois, o que chamei de um princípio de identidade, de um princípio de oposição e um princípio de totalidade, quer dizer, a definição de um campo de interesses (TOURAINÉ, 1989, p. 233).

Nos anos mais recentes, Touraine (1998 e 2003) deu seguimento a formação desta teoria sobre os movimentos sociais distinguindo tipos de movimentos e teorizando sobre o papel do sujeito nos movimentos sociais.

Touraine (2003) recorre a uma distinção dos movimentos sociais em três tipos: os movimentos societais, culturais e históricos, com isso pretende evitar a denominação de movimentos sociais a qualquer tipo de ação coletiva, de grupos de interesse ou de instrumentos de pressão política. Entende por *movimentos societais*, aqueles que “*combinam um conflito propriamente social com um projeto cultural, que é sempre definido por referência a um sujeito*” (2003, p. 119) e que defendem um modo oposto de uso dos valores morais aos de seu adversário. Os *movimentos culturais* para Touraine “*ênfaticam as orientações culturais de uma sociedade, mostrando os sentidos opostos que*

<sup>1</sup> Neste trabalho, abordaremos apenas o paradigma dos novos movimentos sociais, pois este paradigma elucida melhor nosso objeto de estudo (a relação do movimento dos agricultores familiares com o Estado).

*os membros de um mesmo campo cultural lhe dão em função de sua relação com o poder”* (2004, p. 158). E os *movimentos históricos* são os que põem em questão mais uma elite do que uma classe dirigente e apelam ao povo contra o Estado, o que lhes dá um grande potencial de mobilização (2003, p. 133).

Outro ponto que Touraine tem trabalhado recentemente são as elaborações que desenvolveu sobre a questão do Sujeito. Segundo a interpretação que Silva (1998) faz da obra de Touraine, a Modernidade, para este último, constituiu-se no mundo ocidental e está alicerçada em dois elementos fundamentais: a racionalização e a subjetivação. Para Silva (1998, p.109-110)

na história da realização social destas orientações culturais, Touraine observa que paulatinamente a racionalização vai sendo identificada com as classes dirigentes que vão se tornando dominantes, enquanto a subjetivação é secundarizada e se torna instrumento de defesa e resistência das classes populares. [...] Assim, enquanto os dominantes cada vez mais enfatizam sua ‘função’ de atores racionais que apenas realizam a lógica ‘natural’ do progresso científico e tecnológico modernizador, os dominados resistem com o apelo a sua identidade e memória contra uma modernização que resulta na sua submissão e exploração.

Frente a esta realidade fragmentada, Touraine lança-se na busca do elemento que pode recuperar a modernidade dilacerada através da rearticulação de seus elementos cindidos: o Sujeito. Assim, a idéia do Sujeito introduz “*uma noção de resistência à lógica do sistema e a afirmação da vontade e do direito do indivíduo ser reconhecido como ator: não só consumidor da sociedade, mas parte integrante e atuante na sua produção*” (SILVA, 1998, p. 112). É no Sujeito, então, que a racionalização e subjetivação se articulam e se contrabalançam.

No entanto, para Touraine, o processo de formação do Sujeito não pode ser realizado individualmente, mas somente na interlocução com outros da mesma classe social. Pois, é justamente por este caráter não individualista do processo de subjetivação que Touraine estabelece a ligação entre a noção de Sujeito e o tema dos movimentos sociais. Em suas palavras:

Sem esta passagem para o movimento social, o sujeito corre o risco de dissolver-se na individualidade; sem este recurso a um princípio não social de ação na vida social, a idéia de movimento social cai na tentação alienante de se conformar com o sentido da história. Não existe sujeito sem engajamento social; não existe movimento social sem apelo direto à liberdade e à responsabilidade do sujeito (TOURAINÉ, 1998, p. 302).

As contribuições de Manuel Castells, por sua vez, permitem avançar na compreensão da questão da identidade, na investigação da ocorrência de um movimento social específico e relacioná-lo com outros atores presentes no campo de ação histórica.

Primeiramente, é oportuno que se deixe claro, que Castells (2000) faz um diagnóstico de que a sociedade atual vem sendo moldada pelas tendências conflitantes da *globalização* e da *identidade* e estabelecendo novas formas de relações sociais que formam o que denomina de *sociedade em rede*<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> A Sociedade em Rede vem a ser o que Castells (2000, p.17) descreve como: “A revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo introduziram uma nova forma de sociedade, a sociedade em rede. Esta sociedade é caracterizada pela globalização das atividades econômicas decisivas do ponto de vista estratégico; por sua forma de organização em redes; pela flexibilidade e instabilidade do emprego e a individualização da mão-de-obra. Por uma cultura de virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado. E pelas transformações das bases materiais da vida – o tempo e o espaço – mediante a criação de um espaço de fluxos e de um tempo intemporal como expressão das atividades e elites dominantes” .

Então, nestes tempos de sociedade em rede, torna-se central a análise da construção social das identidades, entendidas por Castells (2000) como: *o processo de construção de significados com base em atributos culturais* de um determinado grupo social. Dessa maneira, para Castells, a construção social da identidade pode ocorrer de três formas e origens distintas, que são: (a) *identidade legitimadora*: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade com o intuito de expandir e racionalizar sua dominação, aplica-se a diversas teorias de nacionalismo; (b) *identidade de resistência*: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferenciados aos que permeiam as instituições da sociedade; e, (c) *Identidade de projeto*: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade, e ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda sua estrutura social.

Dessa maneira, para Castells (2000), cada tipo de processo de construção de identidade leva a um resultado distinto na constituição dos movimentos na sociedade: a “*identidade legitimadora dá origem a uma sociedade civil*”<sup>3</sup>, ou seja, um conjunto de organizações e instituições reproduzem a identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutural; a “*identidade destinada a resistência*, leva a formação de *comunas*, ou *comunidades*, [...] dá origem a formas de resistência coletivas diante de uma opressão que, do contrário, não seria suportável”<sup>4</sup>; a *identidade de projeto* produz *sujeitos*. Sujeitos não são meramente indivíduos, são “o ator social coletivo pelo qual os indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência”<sup>5</sup>. Esta forma de construção de identidade inclui a construção de um projeto de vida diferente, expandindo-se no sentido da transformação da sociedade como um prolongamento desse projeto de identidade.

## **O MOVIMENTO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE CONSTANTINA E SUA RELAÇÃO COM O ESTADO**

O município de Constantina localiza-se no norte do Rio Grande do Sul, na região do Alto Uruguai. Segundo estudo elaborado pelo DESER<sup>6</sup> (2002, p. 8), no início do século XIX, as terras de mato que compunham esta região eram habitadas por índios guaranis e Kaigangs e por um campesinato caboclo, formado pela miscigenação racial entre portugueses, negros e índios. Porém, a partir de meados do século XIX esta região começou a ser colonizada pelos migrantes das colônias antigas do Estado. Estes colonos possuíam diferentes origens étnicas, sendo na maioria, descendentes de italianos, alemães e poloneses.

Dessa maneira, o espaço agrário do município de Constantina foi ocupado majoritariamente por colonos de origem européia, constituindo uma estrutura agrária caracterizada pela elevada fragmentação (em lotes coloniais), praticamente não apresentando latifúndios, como demonstram os dados da Tabela 1 – em anexo, relativos a evolução da divisão da terra e Tabela 2 – em anexo, que trata da participação relativa dos

<sup>3</sup> Excerto constante em Castells (2000, p.24).

<sup>4</sup> Excerto constante em Castells (2000, p.25).

<sup>5</sup> Excerto constante em Castells (2000, p.26).

<sup>6</sup> O DESER (Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais) fez em 2002 um estudo sobre os Sistemas de Produção de Constantina. Este estudo foi encomendado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário do município.

estabelecimentos por grupos de área total e evidenciando que os estabelecimentos que possuem entre 05 e 50 hectares ocupam 88,31% da área total do município.

Até meados do século XX, era praticada nesta região uma agricultura colonial baseada no corte e queima da mata tendo como culturas principais o milho, o feijão preto, a abóbora, a mandioca e tabaco, além da produção da banha de porco (DESER, 2002, p. 8).

Essa agricultura encontrou limites no esgotamento dos solos, que começou impor dificuldade na reprodução social dos colonos a partir de meados do século XX. Aliado a isso, com a expansão das culturas de trigo e de soja a partir da década de 1960, os colonos começaram a diferenciar-se: por um lado, formou-se um segmento de agricultores capitalizados que se beneficiaram da modernização da agricultura<sup>7</sup>; por outro, um grande contingente de colonos, não beneficiados pela modernização deste setor, com dificuldades de reprodução social.

Observando-se os dados da população residente no município pode-se ter uma idéia do êxodo rural que se processou no município nas últimas décadas. Enquanto em 1970 a população residente/ocupada no meio rural era de 90,74%, no ano de 2000, apenas 54,65% da população ocupava-se/residia no meio rural. Estes dados podem ser melhor visualizados na Tabela 3 – em anexo.

A partir do início da década de 1980, processou-se em Constantina um fenômeno de articulação e mobilização de agricultores para desenvolver ações coletivas de defesa deste setor social, que resultou na construção do movimento dos agricultores familiares. Este movimento promoveu várias iniciativas políticas ao longo de sua história, observando-se que estas sempre estiveram influenciadas pela relação que o movimento possuía com o Estado, caracterizando fases distintas na construção de iniciativas locais, no encaminhamento de lutas reivindicatórias e no relacionamento com o aparato estatal.

O presente estudo tem como objetivo investigar como se desenvolveu historicamente a relação do movimento dos agricultores familiares de Constantina com o Estado. A metodologia utilizada para a caracterização do caso consistiu num exame de dados secundários relativos a evolução da estrutura agrária e produtiva no município, uma caracterização inicial das principais iniciativas do movimento dos agricultores familiares a partir de entrevista a uma liderança local e, posteriormente, recorreu-se a entrevistas semi-estruturadas a três lideranças e um assessor deste movimento visando reconstituir as relações do movimento com o Estado.<sup>8</sup>

Apresentam-se, a seguir, as diferentes fases do movimento dos agricultores familiares de Constantina.

## **. Crise estrutural da agricultura e mobilizações iniciais para conquista do Sindicato**

Durante os anos 70 a economia brasileira vivenciou o que se convencionou chamar de “milagre brasileiro” caracterizado por pesados investimentos estatais no setor produtivo. O custo de endividamento exterior somado à conjuntura desfavorável da economia mundial levou a que, na década de 80, se vivenciasse uma conjuntura de crise

<sup>7</sup> Segundo Brumer (1994, p. 94) as cooperativas fundadas em torno da produção de trigo e soja “promoveram a articulação entre os produtores e o capital financeiro, e, atuando conforme as leis fundamentais do modo de produção capitalista”, elas tornaram viáveis os estabelecimentos com potencial para estas culturas.

<sup>8</sup> Para o desenvolvimento deste trabalho fez-se cinco entrevistas semi-estruturadas com quatro lideranças do movimento e com um assessor do movimento que o acompanha desde seu início. As entrevistas foram feitas entre os dias 11 e 18 de fevereiro de 2005. As citações de trechos do conteúdo das entrevistas com as lideranças será identificado com o código “Liderança” mais as letras iniciais de seus nomes e com o código “Assessor” mais as letras iniciais do nome para o assessor.

generalizada em amplos setores. As citações de Delgado (2004, p.16) ilustram esta crise: *“Depois de longo ciclo de crescimento, cujo indicador – Produto Interno Bruto, crescera a taxa de 8,1% em média no período de 1965/80, à economia brasileira enfrenta uma dura crise recessiva a partir de 1981, cuja manifestação mais direta é a reversão dos fluxos de financiamento externo após a Moratória mexicana de 1981.”* Esta crise se reflete, também, no setor agrícola: *“Observe-se que a agricultura brasileira completou entre 1965-80, um ciclo de modernização técnica e crescimento, sem mudança na estrutura agrária e se defrontará a partir do início da década dos oitenta com um longo período de relativa estagnação econômica interna, em grande medida imposta pelas condições de ajustamento à crise do endividamento externo”* (DELGADO, 2004, p. 15).

No caso do setor agropecuário o modelo implementado para modernização técnica previa a especialização produtiva e alta dependência de subsídios estatais para compra de insumos e maquinário. Com a escassez de recursos do Estado, os elementos que motivaram a situação de crise no setor agropecuário foram, principalmente, o fim dos subsídios a algumas culturas, a estagnação do preço da soja a nível internacional e as alterações das políticas governamentais que visaram à diminuição dos subsídios a este setor.

Diante desta situação, a reação dos pequenos agricultores, principalmente os menos capitalizados (os que não obtiveram sucesso com a modernização da agricultura), é expressa politicamente e através da organização de iniciativas locais de retorno à diversificação da produção agropecuária, muitas vezes com incremento de cultivos de subsistência.

Esta conjuntura de crise na agricultura, do final da década de 70 e início da década de 80, de enfraquecimento da política de modernização do Estado autoritário, coincide com a mobilização de agentes motivadores de formação de organizações populares de base dentro dos quadros da Igreja Católica (principalmente).

Segundo relato das Lideranças I.V. e V.L, a formação inicial do grupo que dera origem ao movimento dos agricultores, teve motivação da Igreja. Ou seja, o movimento dos agricultores de Constantina teve origem a partir da mobilização social promovida por estes agentes da Igreja, com estruturação de Comunidades Eclesiais de Base (CBE's) no interior do município. Estas Comunidades foram criadas pelos setores da Igreja Católica identificados com a Teologia da Libertação<sup>9</sup>, que tinham por objetivos principais conscientizar os pobres de sua situação social e organizá-los para construir uma “nova igreja” (igreja popular) e uma “nova sociedade”.

De modo geral, é atribuído a este setor da Igreja grande papel na motivação e organização de “oposições sindicais” e na estruturação de movimentos sociais de classes populares em grande parte da América Latina<sup>10</sup>. No Brasil o trabalho deste setor religioso contribuiu decisivamente na formação do movimento dos sem-terra (MST) e na organização de oposições sindicais que questionavam o modelo assistencialista do sindicalismo tradicional e construíram uma “nova” forma de sindicalismo – mais centrado na luta política do que em questões corporativas – que resultou na fundação da Central

---

<sup>9</sup> A Teologia da Libertação é um movimento interno da igreja católica que questiona principalmente o conservadorismo da prática da Igreja e o não envolvimento desta na organização dos pobres, para melhoria de suas condições de vida. Segundo Boff (1986) *“A teologia da libertação não é outra coisa que a reflexão de uma Igreja que tomou a sério a opção preferencial e solidária para com os pobres e oprimidos”* (p. 20). E continua *“... é feita a partir deste lugar social: junto com os pobres, assumindo sua causa e partilhando de suas lutas”* (p. 21).

<sup>10</sup> Touraine (1989) reconhece este trabalho desenvolvido pela Teologia da Libertação em grande parte da América Latina.



Única dos Trabalhadores (CUT)<sup>11</sup>. A CUT passou a congregar nacionalmente os sindicatos com esta nova forma de atuação.

Esta mesma orientação verificou-se em Constantina. Segundo Assessor E. V., inicialmente estes grupos, que eram formados majoritariamente por jovens rurais, tinham o objetivo discutir a Igreja e questões políticas gerais, mas, posteriormente, começaram a refletir sobre a situação política e social na qual estavam inseridos.<sup>12</sup> A questão do sindicalismo rural foi a pauta que, inicialmente, mais impulsionou a ação política destes grupos de jovens, pois ainda em 1986 envolveram-se em uma eleição para disputar a direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Constantina.

A Liderança I. V. relata como se deu seu engajamento no movimento e a construção inicial do grupo:

Eu por participar da comunidade do Rodeio São João e por ter ido na reunião do Conselho Paroquial onde começaram escolher lideranças para discutir a questão da Pastoral Rural (CPT), eu fui uma das pessoas que me envolvi e sucessivamente nós constituímos um grupo da Pastoral da Juventude, da Pastoral Rural e do movimento de mulheres, [...] pra fazer as discussões, então, do movimento sindical e da oposição sindical.

A partir desse grupo inicial, segundo Liderança I. V., deflagra-se um processo de mobilização para a conquista do Sindicato. Como relata o próprio:

Então, a partir disso [do trabalho pastoral], nós constituímos um grupo que ele começa a visitar as comunidades do interior [...] falando sobre a Pastoral Rural, a questão da terra e a questão do movimento sindical e colocando que tava surgindo uma proposta de sindicalismo novo. E nós fomos conseguindo envolver as pessoas do interior. E quando se aproximou a época de discutir a questão sindical, nós começamos discutir e decidimos formar uma chapa.

Dessa maneira, a partir da estruturação de vários grupos de jovens no interior do município e a constatação destes que o STR de Constantina não representava os interesses dos pequenos agricultores do município, mas somente dava sustentação e ajudava a reproduzir as políticas assistencialistas do Estado, estes grupos decidiram disputar a direção do Sindicato. Este Sindicato (assim como a grande maioria dos STR's do país) no período da Ditadura Militar estava sob direção de um grupo de agricultores que seguia a orientação da CONTAG<sup>13</sup>, ou seja, limitava as funções da entidade a serviços assistencialistas (principalmente na área da saúde, da previdência e no fornecimento de subsídios estatais a atividade agropecuária) e sustentar politicamente os governos<sup>14</sup> (geralmente nos três âmbitos: municipal, estadual e federal) e suas políticas. Segundo Liderança V. L., as deficiências e fragilidades deste grupo inicial eram grandes. Em suas palavras: “*nós no início não sabia nem pra que servia o Sindicato, mas nós sentíamos que*

<sup>11</sup> Para Medeiros (2001) a Teologia da Libertação forneceu uma “*legitimação teológica para as demandas emergentes e para as ações de resistência, formava quadros, através das ações das pastorais e viabilizava espaços e infra-estrutura para encontros e gestão de organizações*” (p. 106). Os sindicatos organizados na CUT são oriundos destes trabalhos.

<sup>12</sup> A discussão sobre a questão agrária foi sem dúvida uma das mais ricas, pois dali saíram agentes construtores do movimento dos “sem-terra” que surgira nos vizinhos municípios de Ronda Alta e Sarandi.

<sup>13</sup> A Contag e seus sindicatos, segundo Medeiros (2001) “*se limitava a denuncia de situações concretas aos poderes públicos, mas pouco efetiva no sentido de estimular a organização e mobilização dos trabalhadores para pressão*” (p. 105) e muitos sindicatos eram exclusivamente assistencialistas. Dessa forma, eram considerados como ineficazes no encaminhamento de lutas, pela oposição que se formava.

<sup>14</sup> No ano de 1986, o governo federal oficialmente já não era mais controlado pela Ditadura Militar, o presidente era José Sarney. No entanto, este fora eleito de forma indireta e seu governo ainda não rompia decisivamente com as políticas assistencialistas dos governos que o precederam.

*o povo agricultor tinha vontade que fossem feitas as coisas e nós fazia”*; e continua: *“uma coisa que nos influenciou foi o acampamento dos sem-terra na Encruzilhada Natalino e o trabalho de base que eles estavam fazendo aqui na região”*. Mas, no entanto, ressalta que toda esta força de vontade recebeu orientação de dois freis da Igreja ligados a CPT (Comissão Pastoral da Terra) e *“do pessoal do sindicato de Ronda Alta”*.

A conquista do Sindicato no município deu-se no ano de 1986. Esta conquista, para a Liderança I. V., teve boas repercussões na região, pois segundo ele *“a partir do momento que nós ganhamos o Sindicato, na região vários sindicatos foram conquistados, com uma visão mais progressista, tirando o assistencialismo de dentro do sindicato, fazendo com que o sindicato se tornasse um instrumento de luta não de assistência”*.

Esta nova direção, por possuir visão crítica do processo de modernização da agricultura brasileira, passou a combater este modelo de agricultura e as forças políticas que o davam sustentação. Esse período (de 1986 a 1990) para Liderança I. V. foram anos de grandes mobilizações dos pequenos agricultores, afirmando que foi ainda nesse período que *“surgiu a necessidade de discutir a questão das políticas públicas, especialmente as voltadas a agricultura de economia familiar”*.

## **. O Inimigo é o Estado: O Conflito dos Agricultores Familiares com o Estado**

Em meados da década de 80, quando se desencadeou o movimento de agricultores para questionar as políticas agrária e agrícola do Estado, os movimentos populares que atuavam nesse período eram praticamente unânimes em reivindicar a reforma agrária, política de crédito para os pequenos agricultores, melhorias previdenciárias, entre outras políticas para compensar os efeitos perversos da modernização da agricultura. A importância destas lutas e a relevância social e política que o setor social dos “pequenos agricultores”<sup>15</sup> ganharam neste período é ressaltado por Medeiros (2001). Em suas palavras: *“Já na década de 80, evidenciou-se um reordenamento do lugar político dos “pequenos agricultores” no sindicalismo rural e na sociedade, indicado não só pelo seu aparecimento na cena pública através de uma série de mobilizações, como pelo crescente peso que passaram a ganhar lideranças desse segmento no interior do sindicalismo (MEDEIROS, 2001, p. 116). E ainda: “[...] nos anos 90 começou a ganhar corpo um rearranjo de posições no interior do sindicalismo, levando a um aumento da importância dos chamados “pequenos produtores” e a um declínio da importância política dos assalariados. É a partir desse novo quadro que se gestou o que os sindicalistas passaram a chamar de um “projeto alternativo de desenvolvimento rural com base na agricultura familiar” (MEDEIROS, 2001, p. 116).*

A questão central deste período era a crítica às conseqüências da modernização da agricultura, identificada ainda como uma política da Ditadura. Ou seja, os movimentos sociais dos trabalhadores rurais e pequenos agricultores que vinham fazendo oposição a política oficial do Estado desde o final da década de 1970, neste período (final dos anos

---

<sup>15</sup> Até meados da década de 1990 foi predominante o uso do termo “pequeno agricultor” para designar a categoria dos agricultores que possuíam pequenas áreas de terra e por conseqüência baixa escala de produção. A partir do início da década de 90 segue nos debates intelectuais o termo “agricultor familiar” como categoria mais apropriada para caracterizar os agricultores que possuem os meios de produção, utilizam o trabalho da família e não separam a gestão da produção. Esta nova categoria passou e ser utilizada rapidamente pelos sindicalistas e no final da década de 90 já era a categoria de agricultores prioritária para as políticas públicas do governo federal no campo (Medeiros, 2001). Dessa forma, neste trabalho se fará uso do termo “pequeno agricultor” quando se estiver tratando do período em que ele foi utilizado e posteriormente se utilizará o termo “agricultor familiar”.

80), passam a apresentar uma crítica mais sistematizada às políticas de modernização agrícola e agrária do Estado. Este acúmulo organizativo e político traduz-se no questionamento do modelo de desenvolvimento baseado na grande agricultura e na reivindicação de um “novo modelo de desenvolvimento” baseado em pequenas propriedades (nos anos 90 esse modelo ganhará mais corpo e se chamará de agricultura familiar).

A Liderança I. V. relata a importância destas lutas para os agricultores da região da seguinte forma:

Então, foi importante esta questão da luta política contra os governos e de marcação de campo, que era importante construir uma política nova, de crédito, de financiamento, de custeio, na política da terra, na inclusão social. Então, surgiu daí vários movimentos e nos anos 88, 89 e 90, foram os anos das maiores mobilizações da história, depois da ditadura militar, por parte dos agricultores. E a nossa região, [...] a região do Grande Sarandi, talvez foi a região com o peso mais importante, que mais conseguia mobilizar agricultores pra fazer qualquer luta. Então, a nossa região tem muito esta característica.

Dessa forma, em Constantina, no período que vai de meados da década de 80 até o início do governo de Fernando Collor (1990), o movimento dos pequenos agricultores preocupou-se inicialmente com a conquista do STR, que era visto como um “braço” do Estado, sustentando e executando suas políticas. Posteriormente, o movimento envolveu-se com as grandes lutas populares (de caráter geral) do final dos anos 80, e juntamente com o MST, CPT e a CUT desenvolveu importantes lutas de “marcação de campo” com os governos e construiu as reivindicações de políticas públicas, tais como: crédito, financiamento, previdência para os trabalhadores rurais, reforma agrária, entre outras.

Até o final da década de 90 o movimento dos agricultores de Constantina, segundo as informações de entrevistas com as lideranças ainda tinha bastante dificuldade na definição de sua identidade, de seu opositor e seu projeto. Sua auto-definição acontecia de maneira bastante genérica e diluída em várias categorias, pois fazia parte ao mesmo tempo do “povo” excluído, do movimento popular, era pequeno agricultor, pequeno produtor e trabalhador rural. Ou seja, este setor social estava em fase de fragmentação e construção de identidades diferentes, mas estas ainda não estavam claramente definidas. Esta fragmentação de categorias, segundo Medeiros (2001), fora fruto do enfraquecimento da categoria social “trabalhador rural”, que era a categoria reconhecida oficialmente e que podia organizar-se nos sindicatos filiados à CONTAG.

O opositor do movimento, nessa época, também não era identificado com clareza, era a direção do Sindicato, a COTRISAL<sup>16</sup>, o Estado, os partidos políticos de direita. E o projeto estava ainda em construção, pois, o principal objetivo dos movimentos sociais, nessa época, era tomar o poder do Estado para construir uma outra sociedade. Deve-se ressaltar que neste período o grande referencial da esquerda, ainda, era a construção do socialismo e que somente com a queda do Muro de Berlim em 1991, este referencial passa a ser questionado e abandonado por alguns movimentos.

Em suma, neste período o movimento dos pequenos agricultores forma-se, conquista o Sindicato, encaminha em conjunto com os vários movimentos populares lutas de marcação de campo político com o Estado e começa a construir um projeto alternativo

---

<sup>16</sup> O município de Constantina situa-se em área de atuação da COTRISAL (Cooperativa Triticola Sarandi Ltda) que pode ser caracterizada como uma cooperativa tradicional, que privilegia a produção em larga escala de *commodities*. E de acordo com Brum (1988, p.15), ela se caracterizaria como uma das cooperativas de trigo e soja do planalto gaúcho que “[...] foram um dos frutos do processo de modernização conservadora da agricultura na região e se tornaram um dos principais instrumentos para o avanço e expansão do processo modernizador voltado para a agricultura empresarial [...]”.

para a sociedade centrado em uma proposta de um “novo modelo de desenvolvimento” (de inclusão social).

### . “Onda Neoliberal”, Descentralização e a Criação de Alternativas Próprias

Para Carvalho (2002, p.09) o que foi mais relevante nas ações do Estado sobre os movimentos sociais rurais, na década de 1990, foi a retirada dos “*apoios governamentais necessários para garantir a realização econômica da pequena agricultura familiar*”. A retirada dos *apoios governamentais*, segundo este Autor, seria fruto dos ajustes estruturais da sociedade brasileira exigidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), para que a economia do país se adequasse ao Consenso de Washington. A partir desta contextualização, Carvalho (2002, p. 09-10) aponta algumas medidas tomadas pelo Estado brasileiro que seriam “*diretamente responsáveis pela inviabilização econômica dos pequenos agricultores familiares*”. São as seguintes: a não garantia de preços internos, pelo Governo Federal, para os produtos e subprodutos dos pequenos agricultores familiares; a inexistência de aumentos seletivos das tarifas de importação de produtos agropecuários que comprometem a soberania alimentar e que, aliado a ausência da garantia de preços mínimos internos, têm contribuído decisivamente para a exclusão social no campo; a redução gradativa e sistemática dos financiamentos rurais subsidiados, sejam pelo volume ofertado, seja pela precariedade da sua viabilização política-administrativa; a desestabilização e desmantelamento dos serviços de assistência técnica rural; o abandono das políticas públicas de fortalecimento da infra-estrutura para produção e para a comercialização como irrigação, drenagem, armazéns, silos e transportes; a não realização de uma reforma agrária ampla massiva e imediata; e, a permissividade governamental no processo de concentração da terra no país. Essa retirada do Estado no início dos anos 90 é ressaltada também por Ricci (2000) e Medeiros (2001) e enfatizando-se que foi um fenômeno generalizado no país inteiro.

Assim, no início da década de 1990, com Fernando Collor na Presidência da República e o começo da era que ficou conhecida como neoliberal ou das privatizações, os movimentos sociais populares brasileiros perdem as esperanças de mudança no modelo de desenvolvimento através da conquista do Estado e começam a produzir alternativas locais que viabilizassem sua reprodução social. Dessa forma, para Carvalho ao mesmo tempo em que as ações ou a falta de ações do Estado estariam inviabilizando os pequenos agricultores familiares, estes, por sua vez, reagem a este processo com a estruturação de movimentos e organizações sociais de emancipação do Estado como é o caso das *Comunidades de Resistência e Superação*<sup>17</sup>.

Entretanto, para entender a configuração que assumirá a luta destes movimentos ao longo da década de 90 é necessário atentar para certas dinâmicas políticas de natureza estrutural. Neste sentido, cabe observar que, ao mesmo tempo que o governo federal procurava livrar-se das obrigações sociais repassando-as aos governos estaduais e municipais ou mesmo a organizações sociais autônomas, ele estava contribuindo para a descentralização do Estado. Medeiros (2001, p.117) destaca que a “*descentralização das*

---

<sup>17</sup> Carvalho (2002) articula este diagnóstico de crise dos pequenos agricultores familiares com as iniciativas de construção de comunidades e identidades de resistência pelos movimentos sociais populares (MST, MPA, sindicatos de trabalhadores rurais combativos, etc.) e propõe o fortalecimento destas experiências e a superação da resistência pela construção de um projeto em CRS. Esta proposta fundamenta-se na obra de Castells (2000) e segundo Carvalho significa: “*A Comunidade (sociedade em rede) de Resistência (identidade destinada à resistência ativa) e Superação (construção da identidade de projeto)*” (p. 18).

*atribuições governamentais”* desenhada na Constituição de 1988, “*fez crescer o debate em torno do município como espaço de produção e gestão de políticas públicas, provocando uma valorização da ação sindical relacionada ao tema no espaço local*”.

Analisando a relação dos movimentos sociais do campo com o Estado na década de 90, Ricci (2000) observa que a retirada das relações políticas clientelistas do Estado a partir do final dos anos 80 e início da década de 90, deixou as populações rurais a mercê de condições mínimas de existência (principalmente as populações das regiões rurais menos favorecidas). Estas, por sua vez, organizadas em movimentos sociais tiveram que partir para a geração de alternativas territoriais (regionais) próprias. Assim, estas regiões, com seus atores sociais, foram obrigadas a desenvolverem alternativas que suprissem os serviços e os recursos que o vácuo da ausência do Estado deixou. Dessa forma, foi possível que criassem uma “*nova institucionalidade pública*” que se expressa em “*fóruns ou conselhos regionais de desenvolvimento, constituindo estruturas de financiamento autogerenciadas (como os fundos rotativos), procurando envolver as agências estatais em suas práticas enquanto aparelho público*” (RICCI, 2000, p. 50). E esta nova forma de conceber as instituições públicas faz com que estas venham a ser entendidas como “*instrumentos da população do território, e não mais como instituições que atendem estas populações*” (RICCI, 2000, p.50). Ricci (2000, p.66) deixa claro que estas experiências “*não eliminam o Estado de suas práticas. Antes, redefinem o desenho e as práticas estatais, numa possibilidade de democratização do aparelho público*”. Ou seja, na década de 90 o estado brasileiro por um lado suspendeu algumas políticas sociais importantes (saúde, crédito, subsídios, etc.) que mantinha para as populações rurais e por outro lado contribuiu para a geração de uma nova concepção de *institucionalidade pública* com atribuições locais e algumas delas inclusive não-estatais. Simultaneamente, procede-se revisão na questão do papel do Estado frente ao desenvolvimento rural retomando-se políticas de apoio do governo federal a segmentos específicos a partir de meados dos anos 90.

O caso de Constantina segue esta tendência, seus atores sociais foram obrigados a desenvolverem, inicialmente, alternativas que suprissem os serviços e os recursos que o vácuo da ausência do Estado deixou. Em Constantina foram desenvolvidas, inicialmente, várias alternativas que visavam o fortalecimento do setor dos “pequeno agricultores”. A Liderança I. V. relata o descrédito na tática das “lutas” e a construção de alternativas locais:

Depois de terminadas estas lutas iniciais [...] nós também passamos a discutir sobre a agricultura, que não bastava só fazer lutas, nós precisávamos construir experiências próprias alternativas na questão da agricultura. E paralelo a isso, as organizações da nossa região criaram o CETAP (Centro de Tecnologias Alternativas Populares), que vinha pra trazer suporte técnico e também político na questão da agricultura. Então, resolvemos fazer aqui em Constantina, em conjunto com o CETAP, algumas experiências na área de adubação verde e sementes.

E continua:

Se constituíram várias associações de cooperação agrícola [...] chegou num momento em que nós estávamos com 32 associações que vinham num processo de discussão sobre a agricultura. Eram 320 famílias que participavam deste debate. E nós chegamos a conclusão que deveríamos construir uma estrutura, ou uma central de associações pra desenvolver alguma atividade ou uma cooperativa. E depois de um Seminário que nós fizemos aqui em Constantina sobre o desenvolvimento da agricultura, nós chegamos a conclusão de que nós deveríamos constituir uma cooperativa e que esta cooperativa viesse trabalhar a atividade do leite.

Dessa maneira, o movimento passou a desenvolver várias experiências locais para tentar possibilitar a viabilização dos “pequenos agricultores” e ao mesmo tempo tentando construir um projeto de desenvolvimento centrado nas pequenas propriedades. Assim, o movimento passou a desenvolver experiências locais tanto de fortalecimento da organização política como de geração de alternativas na melhoria da produção agropecuária. As principais iniciativas que visaram o fortalecimento da pequena agricultura do município foram: organização de associações de cooperação agrícola nas comunidades; a formação de uma cooperativa de produção agropecuária em 1991 (COOPAC); a constituição de uma cooperativa de crédito em 1998 (CRESOL); a criação de agroindústrias em grupos coletivos (tendo em 2005, 11 agroindústrias) e a estruturação de uma cooperativa dos grupos de agroindústrias em 2003 (COOPERAC)<sup>18</sup>. Além de terem sido desenvolvidas várias lutas específicas por políticas públicas como: seguridade social, crédito, seguro agrícola, auxílio a situações de calamidade (principalmente as secas), entre outras.

O trabalho de geração de alternativas locais que visaram o desenvolvimento e a manutenção dos pequenos agricultores familiares na atividade agropecuária em Constantina são apontados por autores como Abramovay (2001) e Brose (2000) como “experiências de sucesso”.

Abramovay (2001) cita a experiência da COOPAC com uma iniciativa de valorização da produção leiteira e principalmente dos produtores de leite, pois, segundo ele a Cooperativa passou a contribuir consideravelmente com dinamização da economia leiteira do município, visto que de 300 produtores em 1993, os produtores de leite do município saltaram para mais 600, em 2001 e a produção de leite passou de 1.500 litros diários, em 1993, para 35 mil litros diários em 2001. Além do aumento do volume produzido, “o preço ao produtor aumentou, já que os grandes grupos privados e as cooperativas tradicionais da região encontraram um concorrente voltado explicitamente a elevar a renda do produtor” (ABRAMOVAY, 2001, p.02). Além disto, ainda salienta a inovadora experiência de exploração do nicho de mercado da “soja orgânica”, que tem gerado trabalho e renda para um número significativo de agricultores familiares do município e da região.

Nesta fase de “onda neoliberal” procurou-se atentar para a tendência de voltar-se para “dentro de si” do movimento dos agricultores de Constantina. Este período, como já foi descrito, foi muito rico na construção de experiências e organizações locais, o que possibilitou a construção de uma identidade de resistência, a de pequeno agricultor. Assim, neste período que vai do início dos anos 90 até meados desta década, este movimento construiu a identidade de pequeno agricultor. Dessa forma, os participantes do movimento identificavam-se como pequenos agricultores que precisavam organizar e diversificar sua base produtiva para persistirem na atividade, pois a especialização na soja não era viável a sua pequena escala de produção. Para conseguirem manter-se na atividade os pequenos agricultores precisavam organizar-se em associações de cooperação, diversificar a base produtiva, fazer adubação verde, produzir as próprias sementes, etc., dessa forma, poderiam resistir na agricultura.

Seu opositor principal na época era a COTRISAL, considerada como a representante local da agricultura especializada que excluía os pequenos agricultores da atividade. Também, neste período o projeto do movimento era a construção de um novo modelo de agricultura baseada nas pequenas unidades de produção, diversificadas e não dependentes de insumos externos.

---

<sup>18</sup> Estas iniciativas são melhor descritas e analisadas em Picolotto e Diesel, 2004.

Dessa forma, nestes tempos em que o movimento dos agricultores de Constantina identificava-se com a identidade de pequeno agricultor, esta foi útil para o movimento fortalecer sua organização interna e reforçar seu projeto de agricultura alternativa, mas no terreno das políticas públicas não obteve muito sucesso. Este movimento terá maior influência e acesso às políticas públicas a partir de meados dos anos 90, quando assume a identidade de agricultor familiar para favorecer-se da nova política do governo federal de apoio ao desenvolvimento rural.

Medeiros (2001, p.117) destaca o crescimento do debate intelectual sobre a importância econômica e social da agricultura familiar em meados dos anos 90 e ressalta que este *“rapidamente passou a circular no meio sindical, num exemplo característico da flexibilidade a que se refere Giddens (1991), colocou, no centro da discussão sobre políticas públicas para o campo, o “agricultor familiar”*. Assim, para esta Autora, temas que antes eram considerados de menor importância tais como a discussão de alternativas de comercialização, a experimentação de formas de produção associadas, o estímulo à constituição de agroindústrias, o significado e implicações das escolhas tecnológicas, as dimensões ambientais da produção agrícola passaram a ser valorizados e a ganhar novos significados como sinalizadores de novos caminhos possíveis.

Dessa forma, com a revisão do papel do Estado (especialmente do governo federal), constituição desta nova identidade (agricultor familiar) e a revitalização do projeto, estes agricultores passaram a construir grandes mobilizações de massa, que segundo Medeiros (2001), as mais expressivas são os “Gritos da Terra”, que tem conseguido alcançar resultados objetivos na conquista de políticas públicas para este setor. Medeiros cita a conquista do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o aumento dos recursos do Procefa (Programa de Crédito para a Reforma Agrária) e medidas de agilização de aposentadorias, como as principais conquistas destes “gritos”.

Em suma, observou-se, no início da década de 90, por um lado a retirada do Estado em várias áreas importantes para a subsistência dos agricultores familiares, por outro o fortalecimento dos movimentos sociais (sociedade civil), do poder local e a conquista de espaços importantes na tomada de decisão, o que promoveu a conquista de novas políticas públicas.

### **. Aproximação com o Estado – A Era da “Paz e Amor”?**

A partir do final dos anos 90 com a conquista de alguns espaços institucionais importantes (governos de estados, prefeituras e inclusive a presidência da República no ano de 2003) pelo campo identificado com os movimentos populares, os agricultores familiares passaram a ter no Estado um interlocutor privilegiado e inclusive alguns quadros destes movimentos assumiram cargos nas administrações, fazendo com que o projeto dos movimentos sociais ganhasse aporte institucional.

No estado do Rio Grande do Sul, no período do governo que ficou conhecido como “democrático e popular” (1999 a 2002) os movimentos de agricultores tiveram participação na estruturação de algumas políticas públicas, tais como: fortalecimento da agricultura familiar (cursos de capacitação, financiamentos para agroindústrias terminais de comercialização, entre outras alternativas de geração de trabalho e renda); criação do seguro agrícola; política reforma agrária e reordenação fundiária; incentivo à produção agroecológica (e orgânica) ao passo que também foi proibido o cultivo da soja transgênica.

No município de Constantina, a partir deste período, o movimento dos agricultores familiares passou a visualizar no Estado (em princípio no governo do estado, a partir de 2000 na prefeitura e mais recentemente no governo federal) um potencial aliado na busca do fortalecimento dos agricultores familiares, através da disposição de políticas públicas.

Então, a partir deste período os movimentos sociais passaram a ocupar espaços institucionais conquistados em governos. A Liderança C. T. demonstra seu entusiasmo com esta nova fase de amplo diálogo com o Estado:

A gente tem enquanto movimento a participação também nos conselhos. Se nós pegar aí o Crédito fundiário, por exemplo, hoje as entidades tem pessoas que fazem parte destes conselhos pra discutir, bom, qual vai ser a política de crédito fundiário, desde a parte burocrática, a documentação, a forma de organização como que anda os projetos, por aonde que passa os projetos. Isso tudo a gente tem conseguido ter acesso. O que muitas vezes isso não era possível, os programas eram muito fechados. O governo mandava e pronto, ta aí. Então, isso vem facilitando com que aos poucos a gente possa com base nessas intervenções ir melhorando os programas, apresentando propostas, sugestões e mostrando que do jeito que tá não é o melhor pro agricultor. Por que nem sempre quem acaba fazendo os projetos conhece o dia-a-dia do agricultor familiar. Então, esta participação dos movimentos, das entidades tem favorecido um pouco a melhorias destas políticas públicas.

Porém, ao mesmo tempo em que os movimentos reconhecem que tiveram alguns avanços na relação com o Estado, nos últimos anos, estes não deixam de explicitar que estas conquistas estão muito aquém daquilo que esperam, pois, para Liderança I. V. as políticas publicas estão ainda abaixo das expectativas, como relata: *“Apesar de alguns avanços que nós tivemos, [...] as políticas públicas elas ainda passam longe de nós, porque hoje nós ainda não criamos a condição ou o governo é muito resistente em fazer algumas apostas na agricultura familiar, preferiu apostar no agronegócio e nas exportações”*.

Assim, estas mudanças de relação não se dão no sentido de as organizações e os movimentos sociais se submeterem ao Estado, mas no sentido de ambos estabelecerem diálogo e construir políticas e programas em conjunto. Estas mudanças na relação do movimento com o Estado são descritas da seguinte forma por Liderança I. V., quando foi interrogado se houve mudanças na relação do movimento com o Estado:

Essa é uma coisa latente e cada vez vai ser mais, por que, as organizações estão se fortalecendo e tão querendo que o governo mude e o governo muitas vezes não muda na velocidade com que a gente espera. Então, há um aumento de conflito e o governo também não consegue mais dominar as organizações por que elas estão se fortalecendo e estão fazendo mudanças importantes, sociais e políticas e que muitas vezes o Estado ou o governo não consegue acompanhar estas mudanças.

O segmento social dos agricultores familiares de Constantina tem conseguido certo êxito na conquista de políticas públicas nesta última fase. As principais políticas públicas conquistadas nesta fase de “aproximação” com o Estado foram: financiamento para agroindústrias familiares; programa de moradia rural; programa de crédito fundiário; programas de apoio a agricultura familiar (como o gerenciamento do “Fome Zero” local que compra produtos dos agricultores familiares com acréscimo de valor). E, além disso, estes programas têm propiciado a participação dos representantes dos agricultores na elaboração das normas a que obedecerão. Ou seja, além de haver novas políticas publicas, estas possibilitam a participação de representação de agricultores na sua elaboração.

Entretanto, no caso do município de Constantina os agricultores familiares foram diretamente atingidos pela decisão do governo federal de apostar tanto no agronegócio quanto na agricultura familiar que busca o desenvolvimento através de iniciativas que



visam à sustentabilidade. Um exemplo disso é o caso da agricultura orgânica que se desenvolvia no município. A Liderança I. V. elucida esta questão:

O governo não tá fazendo o que deveria fazer que é fortalecer o mercado de alimentos interno, produzir produtos de mais qualidade. E, um exemplo típico disso é a questão do governo ceder a questão dos transgênicos, atrapalhou o projeto de agricultura orgânica que nós tínhamos aqui. Então, é uma coisa que nós ia evoluir, agora com esta liberação o governo passa a nos inviabilizar numa alternativa sustentável que nós tava tendo aqui.

Nesta fase de “paz e amor” com o Estado como fica a questão da identidade, do opositor e do projeto? A identidade que o movimento assumiu, como já se adiantou anteriormente, desde meados dos anos 90 passou a ser a de agricultor familiar. Esta nova identidade conquistou ainda nesta época ressonância nos interesses do Estado que estava embaraçado com a questão da reforma agrária e que, segundo Medeiros (2001, p. 120), buscava “*novas bases de apoio para as propostas governamentais*” de crédito (políticas sociais) e política fundiária.

Aliado a isso, segundo Castells (2000), a mera construção de identidade de resistência não propicia por si só a produção de sujeitos. Pois, “*sujeitos não são indivíduos, mesmo considerando que são constituídos a partir de indivíduos. São o ator social coletivo pelo qual indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência. Neste caso, a construção da identidade consiste em um projeto de vida diferente, talvez com base em uma identidade oprimida, porém expandindo-se no sentido da transformação da sociedade como prolongamento desse projeto de identidade*” (CASTELLS, 2000, p.26). Dessa forma, neste período, o movimento dos agricultores familiares por ter alcançado um estágio organizacional mais consistente e por encontrar algumas bases de apoio no Estado passa a estruturar entidades (CRESOL, FETRAF, cooperativas de produção, etc.) com o objetivo de construir e propor para a sociedade um projeto de desenvolvimento da agricultura baseado na agricultura de base familiar. Assim, referenciando-se nas formulações sobre as identidades de Castells (2000), pode-se afirmar que o movimento dos agricultores familiares usou da identidade de resistência “pequeno agricultor” enquanto foi necessário (anos do avanço neoliberal) e nos anos mais recentes, principalmente em virtude do diálogo com o Estado, passou a assumir outra identidade, a de “agricultor familiar”, que está fundamentando melhor seu projeto, produzindo melhoras na relação com o Estado e alcançando resultados positivos no acesso as políticas públicas. Dessa maneira, quando o movimento assumiu a identidade de “agricultor familiar” ele saiu da defensiva e passou a constituir-se como sujeito que constrói e propõe um projeto alternativo de agricultura para a sociedade, afirmando-se enquanto sujeito.

O opositor principal do movimento nesta fase, segundo as entrevistas com as lideranças, continua a ser a COTRISAL (pelo projeto de agricultura baseado no agronegócio que sustenta). E o projeto que o movimento constrói e disputa no sistema de ação histórica (sociedade) é o da agricultura familiar que constrói o desenvolvimento local sustentável.

Dessa forma, esta é a fase das conquistas das políticas públicas e maior fortalecimento da expressão social do movimento. Então, coloca-se a questão de como os agricultores familiares constroem articulação para conquistarem acesso às políticas públicas. Para responder esta questão basta atentar para a história deste movimento que, no início, buscava tomar o poder do Estado para construir outra sociedade (socialismo) e posteriormente vendo-se abandonado mesmo pelas políticas assistencialistas que criticava, buscou construir iniciativas locais que suprissem a ausência do Estado. No entanto, nos anos mais recentes a situação muda consideravelmente, pois o Estado (alguns setores) passa ser o interlocutor principal do movimento. Dessa forma, o movimento dos

agricultores familiares, mudou a tática de combater o Estado e passou a ocupar postos e a dialogar com o Estado, conquistando, com isso, algumas políticas públicas importantes (como relatado acima).

Aliado a isso, deve-se ressaltar que quando perguntado às lideranças do movimento quais eram os principais atores sociais “parceiros” na realização de seu projeto, foram unânimes as respostas enfatizando a articulação na conquista das políticas públicas com os sindicatos da região, a CUT, a FETRAF, o MST, o MPA e o PT. Ou seja, este movimento social tem bastante clareza da necessidade de articulação das entidades e dos movimentos de seu setor social na conquista das políticas públicas e que essa articulação não se restringe apenas ao campo dos movimentos sociais, mas também aos partidos políticos e aos setores do Estado que possui influência. Essa ampla articulação parece ser uma arma bastante forte no acesso a essas políticas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As fases que o movimento dos agricultores familiares de Constantina passou fazem relação com a conjuntura histórica. No princípio a articulação do movimento foi influenciada pela crise do modelo da agricultura “modernizada” e quebra da hegemonia política do regime militar brasileiro; num segundo momento o movimento envolve-se nas lutas de marcação de campo em conjunto com outros movimentos no grande ascenso popular da década de 80 e ganha certo respaldo conquistando o Sindicato em Constantina; posteriormente com o início da fase das políticas neoliberais ocorre um descrédito na institucionalidade e na tática da conquista do aparelho estatal; e, por último, a partir do final dos anos 90 com conquistas de algumas políticas públicas importantes, de espaços institucionais e da estruturação de novas organizações do movimento dos agricultores familiares a nível local, regional e nacional (através da COOPAC, CRESOL, COOTRAC, FETRAF) é inaugurada uma nova fase de cooperação e diálogo com o Estado.

Estas distintas fases de relacionamento com o Estado fizeram com que o movimento mudasse de estratégia na construção de seu projeto. Quando o Estado era o inimigo que deveria ser derrotado o movimento em conjunto com outros movimentos populares desenvolveu lutas com este intuito; já no período neoliberal tratou de construir alternativas de resistência para os “pequenos agricultores”; e, nos anos mais recentes com a conquista de algumas políticas públicas relevantes e o “aceno” do Estado para o diálogo, o movimento assume estratégias de ocupar espaços no aparato estatal e passa a visualizar neste uma valiosa fonte de recursos a ser disputada.

Diante disso, o movimento dos agricultores de Constantina também passou por estágios distintos na construção de sua identidade. Usou a identidade de “pequeno agricultor” para se proteger durante os anos do avanço neoliberal e passou a assumir a identidade de “agricultor familiar” no período em que as políticas públicas para este setor tornaram-se proveitosas. Dessa forma, cabe frisar que os agricultores familiares neste período de conjunturas pouco favoráveis, desenvolvem um projeto de agricultura próprio apresentando-o à sociedade como uma alternativa ao agronegócio.

Por fim, os trabalhos que o movimento dos agricultores familiares desenvolveu visaram a articulação territorial e comprovam a estruturação do que Ricci (2000) chama de *nova institucionalidade pública* que teria se processado nos anos 90 e estes avanços se traduzem no sentido da *democratização do aparelho público*. Dessa maneira, o movimento também passou a vislumbrar no poder público local algumas alternativas de solução para suas demandas confirmando a observação de Medeiros (2001) sobre este período, de

tendência à *descentralização das atribuições governamentais*. Mas, no entanto, estes avanços no sentido da democratização e descentralização das atribuições do Estado ainda estão aquém das expectativas do movimento que continua identificando nas ações ou falta de ações do Estado grande parte das dificuldades que os agricultores familiares enfrentam, confirmando também a responsabilidade do Estado na *inviabilização econômica dos pequenos agricultores familiares* como levanta Carvalho (2002). Assim, em resumo, ao mesmo tempo em que se observam avanços substanciais na democratização do aparelho público e por conseqüência a melhoria da relação dos movimentos sociais com o Estado, também se percebe que o setor social dos agricultores familiares ainda não conseguiu dar muitos passos na implementação de seu projeto e que este continua a disputar com o agronegócio no sistema de ação histórica os rumos da agricultura.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABRAMOVAY, Ricardo. Nova dimensão para as pequenas propriedades rurais. **Gazeta Mercantil**. São Paulo, p. A3, 28 jun 2001. Disponível em: <<http://www.econ.fea.usp.br/>>. Acesso em: 09 jul 2004.

BOFF, Leonardo. **E a Igreja se Fez Povo** – Ecclesiogênese: a Igreja que nasce da fé do povo. Petrópolis: Vozes, 1986. Terceira Edição.

BROSE, Markus. **Fortalecendo a Democracia e o Desenvolvimento Local: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2000.

BRUM, A. J. **Modernização da Agricultura – Trigo e Soja**. Petrópolis: Vozes, 1988.

BRUMER, Anita. Transformações e Estratégias Produtivas na Produção Familiar na Agricultura Gaúcha. In: **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 6, p. 89-111, 1994.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Comunidade de Resistência e de Superação**. Curitiba, 2002.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. Terceira Edição.

DELGADO, Guilherme. **Questão Agrária Brasileira no Pós Guerra e sua Configuração Contemporânea**. IPEA [no Prelo em 2004].

DESER. **Estudo de Sistemas Agrários em Constantina – RS**. Curitiba: DESER, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2000. Segunda Edição.

IBGE. Censo Agropecuário. 1975, 1980, 1995/96. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>> Acesso em: 04 jun 2004.

IBGE. Censo Demográfico. 1970, 1980, 1991, 2000. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>> Acesso em: 04 jun 2004.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. “Sem Terra”, “Assentados”, “Agricultores Familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: **¿Una Nueva Ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001.

PICOLOTTO, Everton L. & DIESEL, Vivien. Agricultura Familiar no Norte do Rio Grande do Sul: a cooperação como estratégia de resistência à proletarianização no município de Constantina. In: **VI Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção**. Aracaju: SBSP, 2004.

RICCI, Rudá. Movimentos Sociais Rurais nos Anos 90. In: **Cadernos de Ciências Sociais**. Belo Horizonte, v. 7, n. 10, p. 47-74, jul. 2000.

- SILVA, Marcelo Kunrath. Movimentos Sociais, Cidadania e Democracia. *In: Cadernos de Sociologia*. Porto Alegre, v. 10, p. 107-135, 1998.
- TOURAINÉ, Alain. Os movimentos sociais. *In: FORACCHI, M. M. & MARTINS, J. de S. Sociologia e Sociedade*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1977.
- TOURAINÉ, Alain. **Palavra e Sangue**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1989.
- TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1998. Quinta Edição.
- TOURAINÉ, Alain. **Poderemos Viver Juntos? Iguais e Diferentes**. Petrópolis: Vozes, 2003. Segunda Edição.
- TOURAINÉ, Alain e KHOSROKHAVAR, Farhad. **A Busca de Si: um diálogo sobre o Sujeito**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2004.

## ANEXOS

Tabela 1- Evolução da divisão da terra em número de estabelecimentos em Constantina.

Ano\ Há	< 1	1-2	2-5	5-10	10-20	20-50	50-100	100-200	TOTAL
1975	57	45	229	549	929	534	47	3	2393
1980	42	54	217	704	988	483	45	2	2535
1996	13	23	142	431	768	437	43	3	1.860

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 1975, 1980 e 1995/96

Nota: ao ano de 1996 adicionou-se os dados do número de estabelecimentos do município de Engenho Velho, emancipado de Constantina em 1992.

Tabela 2 - Área dos estabelecimentos por grupos de área total em Constantina.

Ano\ Há	< 1	1 a 2	2 a 5	5 a 10	10 a 20	20 a 50	50 a 100	100 a 200	TOTAL
<b>1975</b>	18,00	60,00	705,00	3.668,00	12.412,00	15.183,00	2.877,00	476,00	35.399,00
%	0,05	0,17	1,99	10,36	35,06	42,89	8,13	1,34	100
<b>1980</b>	16,00	68,00	686,00	4.794,00	13.102,00	13.350,00	2.688,00	255,00	34.959,00
%	0,05	0,19	1,96	13,71	37,48	38,19	7,69	0,73	100
<b>1996</b>	07,64	40,79	544,74	3.460,19	11.285,20	12.792,43	2.765,11	467,00	31.363,10
%	0,02	0,13	1,74	11,03	35,98	40,79	8,82	1,49	100

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 1975, 1980 e 1995/96

Nota: ao ano de 1996 adicionou-se os dados da área dos estabelecimentos do município de Engenho Velho, emancipado de Constantina em 1992.

Tabela 3 - População residente no município de Constantina, segundo local de residência/ocupação.

População	1970	%	1980	%	1991	%	2000	%
Urbana	1.437	9,26	3.631	21,32	4.991	33,13	6.259	45,35
Rural	14.084	90,74	13.403	78,68	10.072	66,87	7.542	54,65
Total	15.521	100	17.034	100	15.063	100	13.801	100

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Nota: Aos anos de 1996 e 2000 incorporou-se os dados do município de Engenho Velho, emancipado de Constantina em 1992.